



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Movimentos sociais e participação social)

**Movimentos ambientais, a cidade colonial e o bem Viver:
Um olhar sobre a resistência ao extrativismo do petróleo em
Macaé-RJ**

Matheus Thomaz da Silva

Resumo: Neste trabalho será apresentado um pouco dos ciclos do petróleo na região e como se expressaram os movimentos ambientais em Macaé, em cada período. Os movimentos ambientais serão relacionados às correntes do ambientalismo, conforme as definições de Joan Martinez Alier. O bem viver é uma perspectiva de sociedade que está presente em povos indígenas da América Latina, passa a ser observado e cresce no campo crítico. O bem viver questiona a noção de um desenvolvimento infinito e também a necessidade do produtivismo. Não é objetivo da humanidade controlar a natureza, não há separação entre o humano e a natureza.

Palavras chave: Movimentos Ambientais, cidade colonial, bem viver

Abstract: This paper will present some of the oil cycles in the region and how the environmental movements in Macaé were expressed in each period. The environmental movements will be related to the currents of environmentalism, according to the definitions of Joan Martinez Alier. Good living is a perspective of society that is present in indigenous peoples of Latin America, is observed and grows in the critical field. Good living questions the notion of an infinite development and also the necessity of productivism. It is not the goal of humanity to control nature, there is no separation between human and nature

Keywords: Environmental Movements, colonial city, well live

1) Introdução

O presente trabalho é parte da elaboração de tese de doutorado em ciências ambientais, construído a partir da aproximação com o objeto de estudo e revisão de literatura durante o primeiro ano do curso. Estudar os movimentos sociais de cunho ambiental que emergiram na cidade de Macaé-RJ com o início de operações offshore, instalação da Petrobrás e intensificação do extrativismo de petróleo.

Desde então, o pequeno município no interior do Estado passa por um processo de transformação, industrialização e urbanização. É o contexto que explana a questão social e suas expressões de desigualdade e resistência.

Macaé até a chegada da Petrobrás tinha cerca de 40 mil habitantes, uma extensa zona rural e a economia baseada na agricultura e pesca. As transformações do município são grandiosas, a população vai dar um salto para 90 mil habitantes no ano de 1990,



chegando à 200.000 habitantes em 2010. A urbanização avança sobre áreas rurais e surgem grandes parques industriais com a economia passando a ser quase que exclusivamente dependente dos Royalties do petróleo.

Essas particularidades do processo macaense, somado a características próprias como uma vasta costa de formação de restinga com belas praias e uma região serrana de mata atlântica e cachoeiras, fez surgir movimentos ambientais importantes. Desse modo, as expressões de resistência da questão social passam a articular a questão ambiental e questão urbana em suas lutas. Nesse contexto, Macaé também agrega uma luta por terra movida pelo MST, que tem lá sua primeira experiência agroecológica articulando a questão agrária à questão ambiental.

Neste trabalho será apresentado, de forma breve, um pouco dos ciclos do petróleo na região e como se expressaram os movimentos em cada período. Os movimentos ambientais serão relacionados às correntes do ambientalismo, conforme as definições de Joan Martinez Alier, ao passo que ser apresentação marcas da dominação colonial. Por fim, um olhar sobre as características de cidade colonial de Macaé e a visão do bem viver.

O bem viver é uma perspectiva de sociedade que está presente em povos indígenas da América Latina e que a partir das mobilizações dos indígenas no continente começa a tomar força essa ideia, passa a ser observado e cresce no campo crítico, especialmente depois que essa visão de mundo é inscrita nas Constituições de Bolívia e Equador. É uma possibilidade sistêmica que está presente em povos indígenas da América Latina. O bem viver questiona a noção de um desenvolvimento infinito e também a necessidade do produtivismo. Não é objetivo da humanidade controlar a natureza, não há separação entre o humano e a natureza.

2) Transformações em Macaé: ciclos do petróleo e resistências

A região onde se insere Macaé tinha como principais atividades econômicas a produção de açúcar, cana e café, além ser uma referência importante em Pecuária. A cidade de Macaé situada no Norte-Fluminense vai sofrer uma grande transformação com a instalação da Petrobrás que faz ali sua principal base operações para a produção e prospecção do petróleo na Bacia de Campos. A partir de 1978, com a chegada da Petrobrás, há um crescimento vertiginoso da produção de riquezas locais e da população residente. A população urbana de Macaé saltou de 55.152 em 1980 para 202.859 habitantes em 2010, segundo o Anuário de Macaé 2012, produzido pela prefeitura municipal.

Quando do início da exploração de petróleo na Bacia de Campos, não houve, da Petrobras, preocupação em minimizar os impactos que poderiam ser causados localmente, e sua atuação seguiu o padrão das demais empresas brasileiras de grande porte da década



de 1970. Em Macaé, então um pequeno município de base agropecuária, a chegada de trabalhadores e suas famílias, assim como daqueles que se deslocam em busca de alguma oportunidade de serviço, acarretou uma ocupação urbana desordenada e uma sobrecarga nos poucos equipamentos de consumo coletivo existentes. Deu-se uma ocupação predatória do litoral não só pelas empresas ligadas ao petróleo como também por novos loteamentos para moradias. (PIQUET, 2010:13).

Essas transformações decorrentes do avanço extrativismo de petróleo, podem ser divididas em ciclos e observadas inter-regionalmente, conforme apresenta Cruz (2016), em artigo que faz um balanço das pesquisas realizadas na região do extrativismo petrolífero no Estado do Rio de Janeiro, o autor, apresenta um recorte que chama de Região Fluminense do Extrativismo Petrolífero, que abrange as mesorregiões fluminenses, Região Norte, Região Noroeste e Região da Baixada Litorânea. Essas são as regiões que vão sofrer os principais impactos e transformações com a instalação da indústria do petróleo e as operações offshore, desde a Bacia de Campos ao Pré-sal. Macaé se encontra na região norte fluminense.

No mesmo artigo, o autor, destaca três fases para a indústria do petróleo: a primeira com o início da exploração offshore, a segunda com a lei do petróleo e a terceira com o início da exploração da camada do pré-sal. Para essas três fases do desenvolvimento, identificamos nesse início de pesquisa do doutorado dois momentos dos movimentos ambientais de cunho ambiental em Macaé.

O primeiro momento dos movimentos ambientais de Macaé começa logo após o início das operações offshore e a instalação da Petrobrás. Essas atividades produtivas têm alto impacto ambiental nos extremos norte e sul da costa do município de Macaé. Os primeiros conflitos se estabelecem na parte norte quando a petrobras cogitou fazer o descarregamento de petróleo dos navios diretamente em uma monobóia a ser instalada nos arredores do Arquipélago de Santana, foi quando surgiu o movimento “Xô Monobóia” e se consolidou a Associação Macaense de Defesa do Ambiente (AMDA).

O segundo ciclo do petróleo, contado a partir da lei do Petróleo de 1997, que repartiu os Royalties entre os municípios da região e iniciou o período de vasta e abundante riqueza em Macaé, o ciclo das rendas petrolíferas nos municípios petrorrentistas.

No entanto, nesse período, entre 1997 e 2007, Cruz (2016) identifica que o saldo geral com gigantesco aporte de recursos nas economias dos municípios não foi muito positivo, em que apesar da abundância de riqueza a questão social se avolumou em Macaé e por toda região.



É uma característica do modo de produção capitalista o processo de acumulação se dar ao mesmo tempo em que se tornam agudas e explícitas expressões da questão social. Reafirmo a formulação marxiana da “lei de acumulação”, postulado que aponta o pauperismo como uma das expressões reais produzidas pela dinâmica do capital.

Esse período que compreende os dois primeiros ciclos do petróleo trazem a gênese do movimento ambiental que se apresentou como principal resistência às consequências do desenvolvimento via extrativismo do petróleo. O movimento ambiental macaense naquele momento histórico obteve importantes vitórias e conseguiu dar materialidade a muitas reivindicações e uma série de Unidades de Conservação foram criadas em Macaé.

No primeiro ciclo são criados o Parque Natural e APA do Arquipélago de Santana (Lei n.1216/1989), APA do Morro de Sant’Anna (Lei n. 1463/1993), Parque Natural Municipal do Atalaia (Lei n. 1596/1995). Já no segundo ciclo, após instalação do Fórum Permanente da Agenda 21, são criadas a APA do Sana, na serra de Macaé e no finzinho do período, o Parque Natural Municipal do Estuário do Rio Macaé (Lei n. 3146/2008). Em 2001 é criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Lei Complementar n. 027/2001).

Nos anos 2000 outro movimento ambiental importante toma corpo em Macaé, a partir de um conflito na parte sul da cidade. A disputa pela preservação da Praia do Pecado, uma faixa de restinga que ainda resistia, e até hoje resiste, à urbanização. Localizada entre os bairros dos Cavaleiros e da Praia do Pecado, há um trecho ainda conservado e livre de construções, ruas e comércios. Essa área foi palco de ações diretas do movimento ambiental, enfrentamentos (até físicos) com o poder público e de grandes batalhas judiciais. Desse processo surgiu o SOS Pecado, que se instituiu em uma Organização Não Governamental (ONG) em 2004.

Uma contradição que se apresenta é que nesse processo é que se dá uma institucionalização do movimento ambiental macaense, com os movimentos se transformando em Organizações Não Governamentais (ONG’s) e concentrando toda sua energia no Fórum Permanente da Agenda 21 local. Com isso a grande força que possuía o movimento acaba se dissipando na burocracia e engrenagens governamentais, assim é percebido uma baixa ocorrência de mobilizações e enfrentamentos dos movimentos com as políticas locais.

A Agenda 21 foi um dos principais desdobramentos da Eco-92, conferência mundial do meio ambiente realizada no Rio de Janeiro. Na verdade, esse processo que constrói a Agenda 21, tem sua origem no relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1972. Essa comissão apresenta um relatório chamado “Nosso Futuro em Comum”, é nesse relatório que é concebida a ideia de “desenvolvimento



sustentável”. Localmente, a Agenda 21 foi o desdobramento de todo movimento acumulado, desde o início do primeiro ciclo do petróleo. Conforme diz Fernando Marcelo Manhães Tavares:

A Agenda 21 Macaé surge em 1997 também como consequência deste movimento, atuando inicialmente com ênfase na educação ambiental, considerando seu vínculo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A partir de 2010 passa a integrar a Câmara Permanente de Gestão da Prefeitura, órgão criado para gerir e integrar todos os projetos municipais, onde também se situa a Gerência do Plano Diretor, responsável por suas revisões e controle de sua efetiva implementação.(TAVARES)

O documento da Agenda 21 aprovado na Rio-92 foi assinado por 179 países e tem como lema central “pensar globalmente, agir localmente”. A Agenda tem um olhar integral par questão do meio ambiente, que fica clara com o giro que a Agenda 21 dá a partir de 2010, quando se volta para a questão urbana. Nesse ponto que se encontram a questão ambiental e a questão urbana, como expressões da questão social, marca o esgotamento do primeiro momento dos movimentos ambientais de Macaé, com importantes conquistas e institucionalizado.

O terceiro ciclo do petróleo, que começa ali por volta de 2008 com o início das operações de extração de petróleo do Pré-Sal, vai trazer um tempo de poucas ocorrências de novas lutas ou novos movimentos. Somente após os impactos da crise que agrava no país a partir de 2013 que novas lutas e movimentos vão emergir.

Uma primeira ocorrência de movimento nesse terceiro ciclo foi uma mobilização para limitar a altura dos prédios no bairro da Praia do Pecado, o movimento que se nomeou de “Deixa o sol entrar” apresentou críticas e propostas ao planejamento urbano da cidade. A reflexão do movimento partia do impacto que as sombras dos prédios causariam na vegetação e nas areias da praia, assim partia-se da questão ambiental para discutir a questão urbana.

No contexto da crise do capital, uma proposta apresentada como solução foi a construção de um segundo porto na cidade. A aposta de sempre para superar os problemas, mais extrativismo, mais industrialização e mais urbanização. A área proposta para receber o porto fica entre duas unidades de conservação, um parque nacional e um parque municipal.

É a reação organizada à proposta de instalação do Porto que marca um ponto importante nesse segundo momento do movimento ambiental em Macaé. O movimento “Xô Porto”, numa alusão direta ao Xô Monobóia, resultado de boa articulação, o movimento,



reúne alguns dos que estiveram lá no início dos anos 1980, agrega pesquisadores da universidade e aproxima um segmento de juventude. Alcança êxito, pois a proposta do porto é retirada da pauta e só vai retornar em 2018.

Quase ao mesmo tempo em que a cidade se movimenta para enfrentar os interesses do grande capital representado, nesse caso, na indústria do petróleo, o campo também se agita e uma ação de ocupação de um latifúndio na zona rural de Macaé pelo MST é realizada. Desse processo se formou o assentamento Osvaldo de Oliveira o primeiro do Estado do Rio de Janeiro a organizar propostas dentro da modalidade de assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e o movimento posterior de ocupação que gerou o acampamento Edson Nogueira e a reivindicação da construção de uma escola de agroecologia.

Podemos conceituar como agroecológica as produções que, além de não utilizarem venenos ou agrotóxicos, aquelas que respeitam os ciclos naturais, a agroecologia é uma visão de mundo que se contrapõe ao sentido da acumulação. A agroecologia é um processo de luta, de resistência.

Em um primeiro momento o CoMaConSol, que foi se formando ao longo do processo com a fusão de outros coletivos menores, vai organizar cestas de alimentos e criar uma rede de consumo de alimentos livres de venenos. Assim fazia a ponte entre consumidores e produtores, apresentando aos consumidores alimentos com produção mais próxima da agroecológica ao mesmo tempo que trabalhava com os produtores a importância de produzir dessa maneira.

O movimento avança e organiza, a partir de 2015, quatro feiras agroecológicas. Essas feiras tiveram como um sujeito importante na construção, o assentamento Osvaldo de Oliveira do MST. Possuíam um caráter holístico e cultural, além de ser meio de escoar a produção, as feiras se tornaram atos político na cidade. Uma mobilização no esforço de unir a produção de alimentos locais com os consumidores, buscando alimentos sem veneno e em uma outra perspectiva de vida.

O ecologismo dos pobres e as marcas da dominação colonial

Para uma classificação desses movimentos que ocorreram em Macaé, vou recorrer as formulações de Joan Martinez Alier, a partir de seu livro o “Ecologismo dos Pobres”. O autor detalha três correntes para o movimento ambiental: “Culto ao Silvestre”, “o evangelho da ecoeficiência” e o “ecologismo dos pobres”

A primeira não enfrenta o crescimento econômico, constitui uma sacralidade da natureza e sua principal proposta consiste em manter reservas naturais em formas de parques nacionais livres da interferência humana. É a materialização do mito da natureza intocada. Para Alier:



Em relação à segunda, embora tenha preocupações com os efeitos do crescimento e desenvolvimento sem limite, para Alier, o Evangelho da Ecoeficiência se constitui dentro de uma perspectiva tecnocrata, entende a natureza como “recursos naturais” e se baseia no relatório “Nosso Futuro Comum”, apresentado em 1987 pela comissão da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Esse documento é também conhecido como Relatório Brundtland. É nesse campo que se localiza a perspectiva do desenvolvimento sustentável, definido no relatório como: *o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer o a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades*”.

Em outra obra, Alier (1998), faz um balanço crítico e profundo em relação a visão construída a partir desse relatório e da noção de “desenvolvimento sustentável. Um apontamento do relatório é que a pobreza degrada o ambiente, que o melhor remédio para melhorar a pobreza seria o desenvolvimento, o crescimento econômico.

A principal mensagem do Informe Brundtland foi precisamente de que a pobreza é a causa de degradação ambiental e daí a explícita recomendação de um caminho de crescimento econômico de três por cento ao ano no Sul, e também no Norte (para abrir campo às exportações do Sul. O crescimento econômico (rebatizado como “desenvolvimento sustentável” é um remédio ao mesmo tempo contra a pobreza e contra a degradação ambiental: essa foi a mensagem de Brundtland, que relegou a um segundo plano a questão da redistribuição e da equidade. (ALIER, 1998, 100)

Em alguns momentos o autor se refere visão inscrita Informe Brundtland como um ecologismo tecnocrático e afirma que após sua publicação se formou um consenso burocrático, dificultando críticas ao documento. Em sua crítica, o autor, pondera que, de fato, a pobreza pode sim fazer mal ao ambiente, entretanto, o desenvolvimento fundado na exportação, polui diretamente e faz crescer a desigualdade, tornando a pobreza com expressões agudas.

Minha crítica aceita que a pobreza pode ser causa de degradação ambiental, tal como vimos nas seções anteriores, porém penso que um crescimento econômico generalizado pode agravar, em vez de diminuir, a degradação ambiental. (ALIER, 1998, 132)

A percepção a partir das primeiras observações sobre os movimentos ambientais de Macaé têm indicado que os movimentos desse primeiro momento, nos dois primeiros ciclos do petróleo, têm características das duas primeiras correntes do ecologismo apresentadas por Alier, o “Culto ao Silvestre” e o “Evangelho da Ecoeficiência”, com uma forte predominância do segundo, já que neste há uma preocupação com o desenvolvimento e



incorpora uma noção de “desenvolvimento sustentável”. As informações coletadas na pesquisa até o momento, indicam que o *ethos* de todo esse primeiro momento do movimento ambiental de Macaé se forma dentro dessa noção de “desenvolvimento sustentável”.

Retomando a questão sobre as correntes do ambientalismo, o autor afirma que as duas primeiras correntes são dominantes no âmbito mundial do ambientalismo, entretanto, de acordo com Alier, essas correntes estão sendo desafiadas por uma terceira: o “ecologismo dos pobres”.

A terceira corrente tem como fonte a profunda desigualdade social provocada pelo crescimento/desenvolvimento sem limites. Essa terceira corrente vai problematizar a relação do sistema mundo, os países do norte cada vez dependem mais de importações do sul para atender as demandas de commodities como soja, minério e petróleo. Aprofundando o extrativismo, causando impactos ambientais e ameaçando a vida nos países mais pobres, nesse sentido o “ecologismo dos pobres” antes de ser um enfrentamento pelo meio ambiente é uma luta pela sobrevivência daqueles sujeitos integrados àquele ambiente.

O eixo principal desta terceira corrente não é uma reverência à natureza, mas, antes, um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição de subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas, sim, pelos humanos pobres de hoje [...] Sua ética nasce de uma demanda por justiça social contemporânea entre os humanos. (ALIER, 2017, p. 34)

Uma característica que vai aparecer no ecologismo dos pobres é a ocorrência majoritária nos países ao sul do Equador. Essa característica deixa explícito um aspecto central na formação desses países, foram colônias de exploração extrativistas. O município de Macaé não foge a regra, tem as marcas da colonialidade, mas também carrega as cicatrizes da luta contra a dominação colonial. Assim para observar esses movimentos é necessário levar em conta esses pontos.

Um autor importante que trabalha com a questão da colonial, Grofosguel, vai destacar o racismo como elemento central da dominação colonial. Outros elementos que marcam colonialidade são a organização patriarcal da sociedade, a natureza é vista como fonte infinita de recursos para as atividades extrativistas e a destruição do conhecimento dos povos originais e escravizados. Grofosguel, afirma que a modernidade se funda na exploração colonial e se estabelece a partir do que ele chama de epistemicídios, que foram praticados com os negros, indígenas, mulheres e mulçumanos.



O que conecta o “conquisto, logo existo” (*Ego conquiro*) com o idolátrico “penso, logo existo” (*Ego cogito*) é o racismo/sexismo epistêmico produzido pelo “extermino, logo existo” (*Ego extermino*). [...] O *Ego extermino* é a condição sócio-histórica estrutural que faz possível a conexão entre o *Ego coquiro* e o *Ego cogito*. (GROSGUÉL, 2016, P. 31).

Nessa linha para observar esses movimentos que aproximam desse ecologismo dos pobres é importante transitar para um novo campo do conhecimento e da ação política, um campo que traz uma nova práxis, a ecologia política del sur. Uma nova construção epistêmica no campo crítico.

La irrupción de la Ecología Política del Sur viene a significar así, más que una revolución científica (que los es), el alumbramiento de una nuevo paradigma epistêmico y político, la configuración de um nuevo umbral del pensamiento crítico desde el cual se prefiguram horizontes emancipatórios otros. (ARÁOZ, 2017 p. 214)

Dentre desse contexto observar o que esses novos movimentos trazem e como, no caso latino, se expressam movimentos do Bem Viver.

la in-surgencia de estos (viejos/)nuevos sujetos del *ecologismo popular nuestroamericano y sureño* (Martinez-Alier 2004), la emergencia de lo que com efecto y esperanza llamamos los movimientos del Buen Vivir, está marcando una profunda renovación y radicalización de las energias utópicas: la renovación del sentido y el contenido de lá práctica revolucionária. (ARÁOZ, 2017, 214)

Assim, Aráoz, complementa sua argumentação, com a assertiva de que esse processo precisa construir uma revolução epistêmico-política, que poderia aproximar-se do que seria uma ideia de práxis. Para o autor um caminho nesse sentido seria uma proposta de alternativa sistêmica que vá além de governos progressistas, políticas redistributivas e que se combinem em quatro mudanças profundas: a descolonização do imaginário, a superação do capitalismo, a ressignificação da relação homem-natureza e o fim da organização patriarcal da sociedade.

Retornar o olhar para os movimentos ambientais de Macaé, em suas lutas em relação ao município, nessa perspectiva da ecologia política do Sul implica perceber a existência, ou não, desses elementos de mudanças profundas. Como a questão social se manifesta na unidade do diverso com questão ambiental, urbana e agrária a opção é buscar uma aproximação entre o direito à cidade e o bem viver



3) A cidade colonial e o bem viver

As cidades brasileiras carregam uma herança pesada. A desigualdade social, uma das mais destacadas da América Latina e o regime escravocrata, que de rupturas recentes com traumas que permanece, são somados a um Estado patrimonialista e a política do favor como uma condição universal do país.

O Brasil carrega, no processo de urbanização, características decorrentes das mazelas de sua relação dependente e subordinada e também algumas características de nossa “formação social”. A herança escravocrata e o desprestígio do trabalho, o patriarcalismo e a condição inferiorizada da mulher, o patrimonialismo e privatização da esfera pública, o personalismo e a rejeição às relações impessoais e profissionais, o clientelismo e a universalização da política do favor contrariamente ao reconhecimento dos direitos, a tradição autoritária negando a cidadania estão presentes em cada m² da cidade periférica (MARICATO, 2014)

São as marcas da colonização. É a construção da “cidade colonial”. Ao olhar para a configuração das cidades dentro dessa visão é preciso observar três características fundamentais: o caráter colonial, processo de modernização das cidades e a aceleração contemporânea do consumo.

“As cidades foram erguidas seguindo dois critérios básicos: primeiro, a proximidade de um “recurso natural” para ser explorado e saqueado em benefício dos invasores e da potência colonial; e, segundo, contar com fontes de água para resolver as necessidades básicas de sobrevivência” (IBÁÑEZ, 2016, 300)

Organizadas pelo critério do recurso a ser explorado no extrativismo e a abundância de água, a cidade colonial conserva-se ao longo da história e mantém seu caráter colonial. Foram esses critérios que levaram os colonizadores à fundarem há cerca de duzentos anos Macaé. No século XXI, assim permanecem os mesmos critérios. Se outrora o recurso a ser explorado era a madeira, hoje é o petróleo.

Os setores dominantes das cidades e do país exigem a manutenção do extrativismo saqueador para ter acesso aos serviços e benefícios que a vida urbana oferece. Essa relação é fundamental para compreender como nossas elites reproduzem o extrativismo e a economia primária exportadora: é a partir daí que reproduzem formas coloniais e extraem seus benefícios, à custa do que é despossuído, invadido, penetrado, saqueado. (IBÁÑEZ, 2016, 304)

O processo de modernização das cidades faz da desigualdade o símbolo das cidades nos tempos atuais, divididas e partidas socialmente entre elites que concentram a riqueza e



o grosso dos trabalhadores de baixa renda, que se somam aos desempregados e os espoliados da cidadania.

O território brasileiro, antes majoritário rural, se transforma e a urbanização se interioriza, junto com as migrações internas e o êxodo rural, num processo de modernização das cidades. São esses desenvolvimentos urbanos desiguais que incendeiam os conflitos originais da questão social, manifestados agora como uma combinação da questão urbana, questão agrária e questão ambiental.

Essas transformações fazem do consumo um dos combustíveis da cidade, há um processo de aceleração do consumo. Não é mais o cidadão que importa para a cidade, mas o consumidor. A necessidade do irrelevante também fazer crescer o volume de lixo na mesma proporção. A velocidade com que o consumo torna central é acelerada por modos de vida erguidos nos pilares da cultura do descartável, que só pode ser mantida na crença do desenvolvimento sem limites.

Para que se produza essa capacidade acelerada de consumo, determinados setores das cidades, os que sempre se apropriam do excedente coletivo, exigem o aprofundamento do extrativismo exportador de matéria-prima, ou seja, da despossessão de territórios de outros, fora da cidade. Por isso, nossos modelos de cidade são funcionais à cultura colonial exigida pela ordem econômica mundial dominante. (IBÁÑEZ, 2016, 315).

Esse tem sido o caminho de Macaé, um lugar de consumo, luxo e excessos e pobreza, lixo e degradação, uma segregação que estabelece tanto na cidade quanto na parte rural. Isso é um elemento importante, pois a visão do Bem Viver não se limita às questões urbanas, mas pensa a partir de contextos urbanos que visam um equilíbrio com o campo.

E dizemos contextos urbanos porque não se trata de ressignificar a cidade com base na vida exclusiva das cidades, mas sim com base em estar na cidade de maneira conectada e articulada com o rural, não como separação e distância. (IBÁÑEZ, 2016, 322)

Uma cidade como Macaé que tem um contexto urbano consolidado também possui uma organização do campo. Nesse encontro a questão ambiental toma uma centralidade, especialmente, se olhar a partir da noção de Pacha. Construindo uma totalidade, em um contexto de cosmovisão, em que o contexto urbano, camponês e a relação com a natureza, que se manifesta em uma unidade do diverso, nas expressões da questão social. Se tornam concretas nas mazelas produzidas pelo modo de produção capitalista.

Olhar sob a perspectiva do bem viver é projetar novas possibilidades para além do desenvolvimento e crescimento infinito como paradigma de organização da sociedade. São os processos de lutas e ascensões indígenas, principalmente no Equador e na Bolívia que o



conceito foi surgindo e avançando no debate. Esses movimentos de questionamento ao neoliberalismo, combinavam uma reaprendizagem das práticas e visões dos povos originais, que sofreram o epistemicídio pelos colonizadores.

Três décadas atrás, quase não se falava desse tema na América do Sul. O que existia eram os conceitos *suma qamaña*, dos Aymarás, e o *sumak kawsay*, os Quéchuas, que expressam um conjunto de ideias centradas nos sistemas de conhecimento, prática e organização dos povos andinos. [...] Durante quase todo o século XX, essa visão passou despercebida por amplos setores da esquerda e por organizações sociais urbanas.

[...] Em outros povos indígenas da América Latina há visões e termos similares, como o *teko kavi* e o *ñandereko*, dos Guaranis, o *shiir waras*, dos Shuar, e o *Küme mongem*, dos Mapuche (SOLLON, 2019 p. 19)

De difícil tradução o Bem Viver poderia se afirmar como *“vida plena”, “vida doce”, “vida harmoniosa”, vida sublime”, “vida inclusiva” e “saber viver”* (SOLLON, 2019 p. 21). O Bem Viver se apresenta como uma cosmovisão sobre a relação entre os seres humanos e a natureza, sendo muito difícil construir uma definição absoluta, mas ainda assim é possível perceber alguns elementos centrais.

O primeiro é a noção de todo, que no Bem Viver, se remete à Pacha. Uma totalidade que percebe a noção de espaço-tempo sem linearidade, mas em perspectiva de espiral *“Essa visão do tempo, em espiral, questiona a noção de “desenvolvimento”, de avançar sempre em direção a um ponto superior”* (SOLLON, 2019, 24). Desse modo o bem viver questiona a noção de um desenvolvimento infinito e também a necessidade do produtivismo. Não é objetivo da humanidade controlar a natureza, não há separação entre o humano e a natureza.

Outros elementos centrais do Bem Viver é convivência na multipolaridade, a busca do equilíbrio e a complementaridade da diversidade. O Bem Viver não é igualitarista, pois considera que sempre existem diferenças e desigualdades, apontando que: *“A chave não é anular essas diferenças, mas conviver com elas, a fim de evitar que as desigualdades se agravem e polarizem a ponto de desestabilizar o todo”*. (SOLLON, 2019, 28). Nesse sentido há uma busca pelo equilíbrio, uma harmonia entre homem e natureza. O bem viver não engloba a noção de progresso, pois se opõe ao crescimento infinito, do mesmo jeito que se contrapõe ao modo de produção capitalista.

É importante dizer que esse equilíbrio não se assemelha à estabilidade que o capitalismo jura almejar através do crescimento contínuo. A estabilidade, assim com o crescimento permanente, é



uma faca de dois gumes. Cedo ou tarde, todo crescimento sem limites provoca transtornos severos na Pacha. (SOLLON, 2019, 29)

Os objetivos da existência não é ter mais ou ser mais, a busca pela harmonia é o objetivo, subvertendo a lógica de acumulação e competição do capital. *“Isso significa que, em vez buscar a eficiência através de regras iguais para grupos, setores, devemos promover regras assimétricas que beneficiem os menos favorecidos.* (SOLLON, 2019, 25). O que se aponta aqui é que a formulação de políticas públicas deve levar em consideração esses elementos para que pavimente um caminho para o Bem Viver.

O último elemento do Bem Viver é a descolonização, passo fundamental para avançar com essas conquistas. Um desafio nesse contexto é descolonizar o imaginário *“liberar mentes e almas capturadas por conceitos falsos e alheios”* (SOLLON, 2019,). Imaginar outros mundos e outras possibilidades, inclusive entendendo que há outras formas de bem viver pelo mundo, que o essencial reside na sabedoria e prática dos povos que buscam sua própria identidade.

Considerações Finais

Como consequência das reflexões do primeiro ano do curso de doutorado, ainda está distante resultado pronto e finalizado. Contudo já é possível enxergar características próprias nos movimentos ambientais que se formaram ao longo dos três ciclos do petróleo.

No primeiro momento, se avança com algumas conquistas importantes, como a formação do Conselho de Meio Ambiente e Sustentabilidade e o estabelecimento das Unidades de Conservação na cidade. O Caminho seguido pelos movimentos da institucionalização e formalização no contexto da Agenda 21, demarca um alinhamento desses movimentos com a proposta do “desenvolvimento sustentável”.

O segundo momento dos movimentos ambientais em Macaé, já no terceiro ciclo do petróleo, datado do início das operações do Pré-sal, traz uma outra marca. Mesmo com resquícios do momento anterior, já não há um alinhamento com as perspectivas do Norte global, os países que formam o eixo central do capitalismo, os movimentos deste período trazem as marcas as evidências que está se constituindo um ecologismo dos pobres. Movimentações no campo do MST, que produz de forma agroecológica e avança com uma ocupação que, enquanto reivindica a construção de uma escola de agroecologia, forma, no mesmo espaço, sua primeira turma.

Em contrapartida, no contexto urbano movimentos de características novas, como o CoMaConSol, se formam criam esforços em estabelecer sólidos laços entre produtores e consumidores de comida saudável. Nesse processo, o CoMaConSol realiza feiras agroecológicas que tem no MST um parceiro importante.



Os exemplos compartilhados somente ganham sentido se, em sua articulação, ajudarem-nos a sair da “maldição do extrativismo e do saque incessante de nossas riquezas, nossos bens comuns, nossa Mãe Terra. Isso exige desmontar os imaginários dominantes sobre a cidade, ressignificar a vida urbana, recontextualizá-la, reconfigurar nossas vidas e convivências. (IBÁÑEZ, 2016, 332)

A importância de se debater sobre os movimentos ambientais está na percepção que a natureza não suporta o ritmo de extração de valor que impõe o capital, que nos últimos anos tem se intensificado. A noção de desenvolvimento precisa ser problematizada, mais que isso, é preciso sair dessa perspectiva de sociedade. Nesse sentido que uma aproximação com a visão do Bem Viver pode nos apresentar novas possibilidades.

Assim, olhar nossa latinidade é fundamental para dar um passo ao futuro. O Bem Viver é uma resposta latina, que parte do conhecimento ancestral e se apresenta como alternativa ao desenvolvimento com o viés da acumulação, ao poder estabelecido pelo conhecimento ocidental e à narrativa histórica ao inverter a equação e partir da ecologia dos pobres.

Bibliografia

ACOSTA, Alberto. O Bem viver: uma oportunidade de imaginar novos mundos. São Paulo: Autonomia Literária. Elefante. 2016.

CRUZ, José Luis Vianna da. Novas perspectivas de análise da dinâmica socioeconômica e territorial da região fluminense do extrativismo petrolífero. In: Cadernos do Desenvolvimento Fluminense N 9, Rio de Janeiro, pp. 49-67, jan/jun 2016.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico os quatro genocídios/epistemicídio do longo século XX. 2016.

IBÁÑEZ, Mario Rodrigues. Ressignificando a cidade colonial e extrativista: Bem Viver a partir de contextos urbanos. ? In: DILGER, Gerhard; LANG, Mirian; FILHO, Jorge Pereira. Descolonizar o imaginário: Debates sobre o pós-extrativismo e as alternativas ao desenvolvimento. São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo: Editora Elefante, 2016.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFF, Enrique. La ecología política en América Latina: un campo en construcción. In Revista Sociedade e Estado, v.18, n1/2; p. 17-40 – Brasília, jan/dez 2003.

MACAÉ. Anuário de Macaé 2012. *Coordenadoria Geral do Programa Macaé Cidadão*. Prefeitura de Macaé, 2012.

MACHADO ARÁOZ, Horácio. “América Latina” y la ecología política del sur. Luchas de re-existencia, revolucion epistémica y migracion civilizatória. In: Ecología política latinoamericana : pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica / Héctor Alimonda ... [et al.] ; Facundo Martín. - 1a ed . - Ciudad Autónoma de Buenos Aires :



CLACSO; México :Universidad Autónoma Metropolitana ; Ciudad Autónoma de Buenos Aires; p.193-223: Ciccus, 2017.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E. [et al.] *Cidades Rebeldes: Passe Livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* – 1 ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARTINEZ-ALIER, Joan. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MARTINEZ-ALIER, Joan. Da economia ecológica ao ecologismo popular. Blumenal: Editora da Furb, 1998.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto Comunista. 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

PAGANOTO, F. *Migrantes Ricos e Migrantes Pobres: a herança da economia do petróleo em Macaé/RJ*. Anais do IV Encontro Nacional sobre Migrações: Rio de Janeiro, 2005.

_____. *Mobilidade e Trabalho em Macaé/RJ, a “Capital do Petróleo”*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

PIQUET, R. Impactos da indústria do petróleo no Note Fluminense. In: HERCULANO, S;CORREA, H. D. *Introdução: a oficina sobre impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas – o caso de Macaé (RJ)*. Niterói, 2010.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Sobre as perspectivas teórico-metodológicas da agroecologia. Revista do Desenvolvimento Regional Redes – Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio-agosto, 2017.

SOLLON, Pablo. Alternativas Sistêmicas. Editora Elefante, 2017.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, Gerhard; LANG, Mirian; FILHO, Jorge Pereira. *Descolonizar o imaginário: Debates sobre o pós-extrativismo e as alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo: Editora Elefante, 2016.

TAVARES, Fernando Marcelo Manhães. Histórico e atividades da Agenda 21 Macaé. Dans GAGNON, C. (Éd), *Guide québécois pour des Agendas 21 siècle locaux: applications territoriales de développement durable viable*. (<http://demarchesterritorialesdedeveloppementdurable.org/macae-brasil-2/>) (Consultado em 04/02/2019)